

8

FORMULAÇÃO DO MODELO DE FINANCIAMENTO DAS AÇÕES PRECONIZADAS



8-FORMULAÇÃO DO MODELO DE FINANCIAMENTO DAS AÇÕES PRECONIZADAS

8.1-INTRODUÇÃO

Desde a elaboração do Plano Estadual dos Recursos Hídricos (SRH, 1992), o Estado do Ceará buscou alternativas para financiar as intervenções físicas e institucionais ali preconizadas.

Inicialmente, algumas tentativas de construção de açudes de médio porte e pequenas intervenções hídricas foram custeadas com recursos do tesouro estadual. Deste período constam a construção dos açudes Carnaubal, em Crateús, e Arribita, em Forquilha, dentre outros. Paralelamente, buscou-se fontes externas de financiamento, nacionais e internacionais, culminando com o financiamento das primeiras intervenções hídricas no Ceará, por instituição internacional, no caso o Banco Mundial (BIRD), através do PROURB. A contrapartida alocada pelo Estado recebeu financiamento do BNDES.

Através do PROURB, que também financiou um componente de Desenvolvimento Institucional, o desenvolvimento da Política de Gestão dos Recursos Hídricos foi efetivado, criando-se uma base institucional, técnica e estrutural, que possibilitou a instalação, ao longo dos últimos anos, dos mecanismos de financiamento de obras hídricas bastante eficientes, que são usados atualmente pelo Estado. O detalhamento desses mecanismos de financiamento é mostrado a seguir.

As principais obras hídricas consideradas são: construção de barragens de pequeno, médio e grande portes e barragens estratégicas; construção de adutoras regionais, municipais e distritais; eixos de

integração principais e secundários; poços de média e grande profundidade; e obras de infra-estrutura para projetos de aproveitamento hidroagrícola.

8.2-CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS

8.2.1-Barragens de Pequeno e Médio Portes

Para a construção de pequenas e médias barragens plurianuais, como as construídas com recursos do PROURB e PROGERIRH, em todas as suas etapas, desde a elaboração dos estudos de viabilidade e projetos executivos, foram supervisionadas pelo Painel de Inspeção e Segurança de Barragens. Também as ações mitigadoras previstas nos estudos de impacto ambiental, fases de cadastro, desapropriação e reassentamento, exigem um acompanhamento efetivo e sistemático, pois essas obras, apesar de serem de porte médio, exigem um grau de refinamento em suas execuções.

Algumas barragens de pequeno porte estão sendo construídas com recursos do próprio Estado, considerando que o atendimento às exigências adicionais dos órgãos de financiamento, principalmente internacionais, muitas vezes inviabiliza sua construção com o emprego de recursos daquelas instituições.

8.2.2-Barragens de Grande Porte e/ou Barragens Estratégicas

Para a construção de barragens de grande porte e/ou estratégicas, apesar de poucas ainda por fazer, o Estado não pode prescindir da parceria com o Governo Federal. Dentre essas obras pode-se destacar os açudes Figueiredo, Paula Pessoa, Taquara e Arneiroz II, este último já em fase de construção e sendo financiado

8-FORMULAÇÃO DO MODELO DE FINANCIAMENTO DAS AÇÕES PRECONIZADAS

pelo PROÁGUA/Semi-Árido. Os recursos orçamentários da União, repassados pelo DNOCS, oriundos do PROÁGUA/Semi-Árido, ou através de convênios diretos com o Estado, são imprescindíveis para a viabilização dessas obras.

Visando facilitar esses financiamentos, o Governo do Estado, através da SRH, vem preparando um banco de projetos executivos de excelente qualidade para barragens, com recursos diretos do Estado ou com recursos dos programas de financiamento externos (PROURB, PROGERIRH e PROÁGUA/Semi-Árido). Alguns desses Projetos foram disponibilizados para serem licitados pelo Governo Federal, via DNOCS.

8.3-CONSTRUÇÃO DE ADUTORAS

8.3.1-Adutoras Regionais e Municipais

Para a construção das adutoras regionais, tipo “Adutora da Ibiapaba” que atende sete sedes municipais e doze distritos, o Governo do Estado buscou financiamento junto à Caixa Econômica Federal.

No âmbito do PROURB, financiado pelo Banco Mundial, foram construídas várias adutoras regionais e, fundamentalmente, adutoras municipais. Essas adutoras associadas às fontes permanentes de abastecimento (os açudes), constituem-se no principal fator da viabilidade e sustentabilidade econômica e social dessas obras.

Com o surgimento do PROÁGUA/Semi-Árido, financiando principalmente adutoras, todos os projetos foram direcionados para aquela fonte de financiamento, por ser a menos onerosa para o Estado, uma vez que este financiamento exige como contrapartida apenas 20% do valor da obra.

8.3.2-Adutoras Distritais

O financiamento das pequenas adutoras distritais foi orientado basicamente para o projeto São José, que é financiado pelo Banco Mundial e gerenciado pela Secretaria da Agricultura e Pecuária (SEAGRI). Este programa conta, também, com recursos do orçamento estadual ou, ainda, via projeto Alvorada, que disponibiliza recursos do Governo Federal.

8.4-CONSTRUÇÃO DE EIXOS DE INTEGRAÇÃO

Os principais eixos de integração são obras que requerem um volume considerável de recursos para as suas implantações. Para fazer face a esses grandes investimentos, o Governo do Estado tem buscado financiamento externo para as suas viabilizações. O Eixo de Integração Castanhão/RMF é a principal obra do PROGERIRH, a qual é financiada pelo Banco Mundial, tendo o Estado do Ceará como mutuário.

O trecho final deste eixo, denominado Sistema Adutor Gavião/Pecém, que liga o sistema da RMF ao sistema Sítios Novos/Porto do Pecém, para reforço complementar ao abastecimento hídrico do Complexo Industrial-Portuário do Pecém, será financiado pelo PROÁGUA/Semi-Árido com recursos oriundos do Banco Japonês para Cooperação Internacional (JBIC).

Outro projeto já estudado, o Eixo de Integração da Ibiapaba (Mapa 8.1), que integra as bacias da região norte e oeste do Ceará, as bacias do Parnaíba (Poti/Longa), Acaraú e Coreauá, também necessita de financiamento externo, que poderá ser viabilizado numa segunda etapa do PROGERIRH, ou ser implantado, por etapas, através do financiamento de áreas piloto



por outros programas. Dentro deste enfoque, está inserido no PROÁGUA/Semi-Árido o financiamento do sub-sistema Graça/Pacujá/Mucambo que é parte integrante do Sistema Adutor da Ibiapaba.

Existe, também, o projeto executivo do Eixo de Integração Jaguaribe/Icapuí (Mapa 8.2), elaborado no âmbito do PROGERIRH, mas, atualmente, não possui fonte de financiamento para execução das obras. Este importante eixo da região Jaguaribana poderá, também, ser viabilizado pelo PROGERIRH II.

Para a construção dos eixos secundários, tipo Banabuiú/Pedras Brancas, Óros/Feiticeiro e Fogareiro/Pirabibu, dentre outros, usando a mesma lógica de aporte financeiros para pequenos açudes, torna-se mais factível um financiamento, via de regra, com recursos do próprio Estado. Conforme dito anteriormente, muitas vezes as exigências adicionais dos órgãos de financiamento externo são tantas que se tornam onerosas, podendo inviabilizar a construção desses eixos com essas fontes de recursos.

8.5-CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE MÉDIA E GRANDE PROFUNDIDADES

Tradicionalmente, desde a época da antiga Superintendência de Obras do Estado do Ceará (SOEC), de onde a Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA) herdou a Diretoria de Águas Subterrâneas, o Estado do Ceará vem realizando a perfuração de poços de média profundidade (até 150 m) com pessoal e equipamentos do próprio Estado. Os recursos para essas obras, via de regra, são oriundos de convênios com o Governo Federal. Em passado próximo, os convênios

eram realizados através da SUDENE, com recursos das ações de combate às secas do Nordeste. Mais recentemente, outros projetos do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Integração Nacional, através dos programas Água Boa e Água na Escola, respectivamente, vem financiando parte dessas obras. No entanto, o tesouro estadual sempre tem disponibilizado recursos para perfuração de poços, seja para contrapartida, seja para todo o custeio dos mesmos.

Atualmente, visando otimizar os recursos aplicados nesses poços, assim como agilizar a construção dessas obras, a própria SOHIDRA, apesar de continuar perfurando poços com suas equipes, vem, paulatinamente, terceirizando os serviços de locação, perfuração e instalação de poços junto a empresas privadas.

A exploração de poços de grande profundidade (Poços Pioneiros) é uma etapa bastante nova nas ações de Recursos Hídricos do Estado e visava, basicamente, utilizá-los como fonte de estudos e pesquisa dos aquíferos explorados, principalmente os da região do Cariri e Apodi. Como os poços já perfurados apresentam vazões significativas e a escassez de água superficial nessas áreas é uma realidade, estão sendo utilizados como fontes de abastecimento de vários municípios, por meio de adutoras, sem no entanto perder a função inicial de fontes de informação estratigráficas e de monitoramento dos aquíferos subterrâneos locais.

A execução dessas obras, até o momento, foi realizada com recursos do tesouro estadual. Entretanto, deve-se buscar financiamento específico para este tipo de intervenção, uma vez que os custos são re-

8-FORMULAÇÃO DO MODELO DE FINANCIAMENTO DAS AÇÕES PRECONIZADAS

lativamente elevados. A este respeito, duas tentativas de financiamento para execução de poços profundos foram realizadas junto ao Governo Japonês. Até o momento, no entanto, nada foi acordado. Existem muitas opções de parcerias para estudos e pesquisas, algumas delas em franco andamento junto à Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) e ao Banco Mundial.

8.6- OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA PARA PROJETOS DE APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA

As obras de infra-estrutura para projetos de aproveitamento hidroagrícola estaduais, atualmente, são realizadas pela SRH com recursos do tesouro estadual. Este tipo de intervenção, apesar de não ser muito freqüente, necessita ser melhor analisado, pois está muito ligado à modernização de perímetros de irrigação, e, nesse contexto existem financiamentos da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Ministério da Integração Nacional.



Mapa 8.2: Eixo de Integração Jaguaribe / Icapuí - Extensão: 74 km - vazão: 5 m³/s

